

NOS LABIRINTOS DO PODER IMPOTENTE

Luís Machado de Abreu - Universidade de Aveiro

“O actual poder económico-mediático-cultural, nas suas manifestações mais eficazes, só pode ser comparado ao de uma teocracia sem Deus. Por mais perverso que seja um poder teocrático, há nele um abismo entre a sua pretensão e o seu conteúdo. Não é o caso de uma teocracia sem Deus. A sua realidade, o seu conteúdo de poder, confundem-se com o seu imaginário e, em última análise, é o imaginário – no nosso caso a sua face cultural – que lhe dá conteúdo e o legítima.”

Eduardo Lourenço, *O Esplendor do Caos* (1998), pp. 123-124

1. Há na prosa ensaística de Eduardo Lourenço duas características óbvias. É vastíssimo o espaço temático abrangido por ela, espraiando-se desde o ensaio filosófico à crítica literária, da meditação histórica ao comentário político, da apreciação da pintura à opinião sobre a sétima arte. É, além disso, vivaz e fecunda, prolongando-se ininterruptamente desde a década de 1940, contando por isso com mais de sessenta anos de produção.

Uma obra tão extensa e variada levanta, entre outras questões, a de saber quais as intuições e os princípios que lhe dão coerência e unidade, e que a assinalam aos olhos do estudioso como singular arquitectura de imagens e de ideias. Ao propor-se ajudar a interpretar formas complexas de existência individual e colectiva, exige, também ela, que a interpretemos e compreendamos. Ora uma das intuições nucleares de Eduardo Lourenço, que atravessa a obra toda na sua imponente diversidade, pode compendiar-se na afirmação segundo a qual não há poder que não se revele sempre, mais tarde ou mais cedo, ferido de impotência ou em que a irredutível inscrição da mortalidade não pulse no seu coração.

Quando lemos a fenomenologia do poder a partir de um campo semântico que transcende amplamente a sua previsível e redutora conceptualização política como figura de dominação e de soberania, deparamos com muitos outros territórios de poder, mais ou menos insidiosos, entre os quais podemos enumerar a ortodoxia, o sistema, o absoluto, a ideologia, o imaginário, o império. Territórios de poder, sim, mas de poder ferido de morte, minado pelo trabalho subterrâneo que promove a cultura da heterodoxia, do fragmentário, do relativo e provisório ou, simplesmente, a desproporção entre sonho e realidade.

O leitor atento reconhecerá sem dificuldade que a referida intuição se impõe sob a forma de uma espécie de tropismo para a Verdade, mas Verdade presentida “como presença eternamente ausente”¹. Por um lado, há o poder e deslumbramento da Verdade como vertigem de Absoluto e plenitude; por outro, sente-se o rasgão deixado na carne pela “presença eternamente ausente” que nenhuma aventura de conhecimento jamais consegue cicatrizar em definitivo.

2. Qualquer que seja o ensaio por onde se entre no universo de Eduardo Lourenço espera-nos um emaranhado de fios onde realidade e ficção percorrem o mesmo caminho sem nunca chegarem a deslindar-se completamente. A imaginação goza aqui de um estatuto operacional muito próprio e sobre o qual o ensaísta se tem pronunciado em diversos momentos. Para além das habituais funções criadora e reprodutora, o que avulta neste estatuto da imaginação é a sua função efabuladora entendida como arte de tomar por realidade a imagem mesma. Com razão somos levados a pensar que existe nesse estatuto algum défice de realismo, isto é, de sentido do real. Mas o que, acima de tudo, se verifica é a aceitação consequente, por parte do ensaísta, do enunciado por ele repetido em diferentes contextos, segundo o qual “a nossa relação com o real é uma relação imaginária.”²

¹ Eduardo Lourenço, *Heterodoxia I e II*. Lisboa, Assírio & Alvim, 1987, p. 220.

² E. Lourenço, “Estou em dívida para com a humanidade inteira”, Entrevista de Carlos Vaz Marques, *Ler, Livros & Leituras*, Setembro de 2008, p. 37.

Ora, se a perspectiva em que as coisas caem sob o olhar de Eduardo Lourenço é a da imaginação, ao poder assim considerado só pode estar destinada uma aproximação predominantemente imaginária, fazendo convergir nela todos os recursos do engenhoso poder de imaginar alimentado pelo manancial de uma cultura sem fronteiras e pela infrene paixão da actualidade. É o que o ensaísta chama ora “uma ficcionalidade em segundo grau”³, ora “o real muito meu repentinamente conceptualizado.”⁴

É precisamente neste real lourenciano, feito de “ficcionalidade em segundo grau”, que se instalou como indutor de leitura e *a priori* discursivo o princípio nada banal do não-poder que trabalha no interior de todos os poderes e os marca com o estigma de fragilidades quase sempre recalcadas. Sendo um princípio de análise e às vezes de denúncia, actua também como factor de reserva e contenção. Exactamente por isso, o autor de *O complexo de Marx* não faz do horizonte da política ou da ideologia objecto efectivo de incursões reflexivas, pois entende que “nem a ideologia nem a política englobam a totalidade da experiência humana.”⁵ E, de facto, o plano de análise que o seduz não consente o aprisionamento em esferas regionais do humano como são as esferas do ideológico e do político, nem se resigna a expressões de âmbito meramente antropológico. Para além delas, interessa-lhe a vastidão ilimitada da totalidade da experiência humana. Não se pense, contudo, que o horizonte último deste discurso ensaístico é a antropologia. Não só não se esgota nela como, aquém e além dessa totalidade experiencial do humano, mergulha na radicalidade da própria condição ontológica.

³ Na entrevista a Carlos Vaz Marques, confessa a sua pouca ou mesmo nula aptidão para aventuras literárias no domínio ficção e reconhece que ela se transferiu “para uma ficcionalidade em segundo grau. Foi o ter tomado, em última análise, aventura cultural como objecto. Também como *rêverie*, como entusiasmo, como fruição, tudo o que se quiser. O Homen um ser ficcionante. Independentemente do que seja o objecto dessa ficção. Nós estamos sempre ficcionando.” E. Lourenço “Estou em dívida para com a humanidade inteira”..., p. 37.

⁴ À pergunta de Catherine Portevin sobre o porquê de não se ter tornado romancista, Eduardo Lourenço declara, sem rodeios, a sua inaptidão artística para a criação ficcional e desabafa: “Je donnerais tout pour savoir écrire une nouvelle dix pages que les gens pourraient retenir. Mais que voulez-vous: pour écrire de la bonne fiction, il faut avoir le sens du réel. Moi, je l’ai au deuxième degré: mon réel à moi est instantanément conceptualisé. Je ne peux pas faire autrement. Mon regard ne voit pas l’arbre, il voit déjà un système de relation. Si on ne prend pas l’arbre au sérieux, on ne peut pas être écrivain. Nous autres intellectuels, on rêve, mais c’est tout.” E. Lourenço, *La culture à l’ère de la mondialisation*. [s. l.], Carrefour des Littératures, 2001, p. 30.

⁵ E. Lourenço, *O Complexo de Marx ou o Fim do Desafio Português*. Lisboa, D. Quixote, 1979, p. V.

Decorre de quanto fica dito que o princípio do poder impotente, facilmente identificável em expressões históricas de natureza política, social, religiosa e cultural só adquire a plenitude do alcance interpretativo quando devidamente inscrito na sua dimensão ontológica, isto é, como traço de finitude e contingência de tudo quanto existe.

De todos os seres e de cada ser no seu todo, saberemos apenas, se efectivamente chegarmos a saber, a história do seu poder ser, os momentos que pontuam o percurso da sua existência contingente, isto é, de que modo no seu ser se vão cruzando poder e não-poder.

3. Quando percorremos a obra ensaística de Eduardo Lourenço deparamos lado a lado e, por vezes, em fascinante interacção, estudos de crítica literária, e densos comentários e reflexões sobre a realidade social e cultural, tanto de Portugal como da Europa. São dois pólos aglutinadores da escrita do ensaísta que embora coexistam desde sempre se parecem intensificar e distribuir diferentemente no decorrer de duas épocas. Dir-se-ia que o crítico literário exerceu o ofício e produziu mais até à década de 1980, e que o atento comentador da actualidade social e cultural de Portugal e da Europa expandiu o seu labor nestas áreas, sobretudo a partir do final da referida década. Vou recortar na obra produzida ao longo deste segundo momento algumas figuras de poder em que se torna bem visível a intuição lourenciana do não-poder. Vejamos de maneira muito sucinta as figuras da Europa, do intelectual e da heterodoxia.

4. Foi a Europa que escreveu a história do Ocidente e que ocupou durante vários séculos o centro de todas as encruzilhadas culturais e políticas do planeta. Dir-se-ia que entretanto chegou a hora de ela sair da história. Os episódios das guerras do Golfo mostraram até que ponto ela primou pela ausência e em virtude dessa não comparência, aí mesmo terá naufragado. Assiste-se, desde então, à fulgurante evanescência da Europa imperial que a si mesma se vem remetendo à insignificância no palco das potências internacionais.

A construção orgânica da *Decadência do Ocidente*, tal como Spengler a concebeu pensava-se em termos de decadência produzida por europeus no cenário geográfico das suas próprias sociedades. Em *A Morte de Colombo*, livro tanatográfico onde à escala europeia se parece reeditar Oliveira Martins, esboça-se a máscara mortuária da Europa – Colombo cuja morte acontece, agora, longe de solo europeu. Foram seus mandatários os próprios filhos de Colombo transplantados para um Novo Mundo onde inventaram um “outro” Ocidente que transformou o nosso “no museu de um passado que nunca tínhamos tido”⁶.

Na velha Europa convertida em museu de um Ocidente em crise de afirmação, o poder sente-se cansado e padece de melancolia.

5. É na noção mesma de intelectual que está contida a dupla inscrição do poder e da efectiva falta dele. Em fórmula particularmente feliz, Eduardo Lourenço responde à pergunta sobre o que é um intelectual do modo seguinte: “Alguém que se torna sujeito de Poder, actor da história efectiva do seu tempo, unicamente através da forma mesma do não-poder que é, a título individual, a escrita.”⁷ Sujeito de poder, sim, mas sujeito ao qual a fragilidade do poder que tem torna mais atractiva a entrada na roda dos verdadeiramente poderosos.

É bem conhecido o fascínio dos intelectuais pelo poder totalitário representado tanto pelo comunismo soviético como pelo nazismo. Nomes sonantes de filósofos e de literatos participaram no coro de mestres cantores das excelências de tais poderes.

Depois de tombados os ídolos de pés de barro, nada seria mais fácil e sem grandeza do que a condenação póstuma de tamanha cegueira de parte da melhor *intelligentsia* europeia perante a perversidade mais infame e criminosa. Seja como for, torna-se inevitável que nos interroguemos como foi possível tal monstruosidade.

Ora é exactamente a propósito de uma hipótese explicativa para esta anomalia cultural que Eduardo Lourenço recorre de novo à dialéctica do poder e do não-poder, remetendo ironicamente a sedução

⁶ E. Lourenço, *A Morte de Colombo Metamorfose e Fim do Ocidente como Mito*. Lisboa, Gradiva, 2005, p. 17.

⁷ E. Lourenço, “Sartre no purgatório”, *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Lisboa, 19 de Dezembro de 2008, p. 39.

dos intelectuais pelo poder enquanto poder para “a compensação, nada misteriosa, de uma impotência original própria de uma classe que, em princípio, só dispõe do ‘poder simbólico’.”⁸

6. Admitindo, como parece inevitável, que a experiência ensaística é da ordem da procura e do questionamento, deve ser-lhe reconhecida uma marca de cepticismo de grau variável. O exercício ensaístico de Eduardo Lourenço não foge à regra. E isso revela-se naquele ar de reserva com que ele trava o aplauso fácil em que inconsideradamente tendem a descair tanto as pressurosas conquistas da verdade como as porfiadas vitórias sobre o erro. É essa reserva crítica que relança a indagação e obriga a regressar ao caminho e a prosseguir na procura de mais luz e de mais cor. E não se conhece maneira mais eficaz de derrotar a monotonia das certezas contentes e sempre definitivas com que se impõem todas as ortodoxias. É de interrogação e dúvida que se faz o ensaio, qual diálogo interior de moderna maiêutica. Dessas páginas sábias, tantas vezes desencantadas e impiedosas, apetece dizer que foram escritas em odor de cepticismo. Também por esta via se insinua o não-poder que desgasta e desconcerta aquela vontade de poder sempre desejosa de celebrar a conquista das suas verdades. É nesta atmosfera que respira e se regenera o espírito de resistência, princípio dinamizador e chave do ensaísmo, tribuna onde a liberdade de pensar reclama o direito à heterodoxia.

7. Na hora suprema da impotência, todos os poderes são tentados a remeter para a categoria de traição os porquês da sua ruína. Sentem-se traídos. É ainda o poder cego pela prepotência e pela pretensão de absoluto que assim raciocina e fala. Mas não é desse lugar que procede o discurso de Eduardo Lourenço sobre o fracasso anunciado dos poderes. À sua reflexão subjaz um diagnóstico que lê na dominação enquanto triunfo da vontade, e na sua falsa inocência, a doença mortal do poder. Para a prevenção de doença tão fatal recomenda-se a prática do ensaio e

⁸ E. Lourenço, *O Esplendor do Caos*. Lisboa, Gradiva, 1998, p. 112.

a adopção do seu espírito interrogativo e crítico. O ensaísta tem na vontade de saber o impulso sempre renascido que não lhe deixa saciar a fome de perguntar. Em nenhuma resposta ele vislumbra o fim do caminho, a revelação última, o eterno descanso do espírito. Mas, atenção! O impulso que o sobressalta e move não é vontade de poder. Ele desconfia desta vontade e, vigilante, mantém-na sob suspeita. Não se deixa comandar por ela e faz da interrogação e da ironia a válvula de escape por onde se despeja o enchimento e a arrogância do poder. O poder do intelectual ou outro qualquer.

Mais do que simples proclamação da fragilidade do poder dos outros, o discurso ensaístico do não-poder é performativo. Prática e realiza aquilo que significa. É discurso de vítima, de vítima que, a propósito da sua incapacidade como romancista, se confessa em Eduardo Lourenço: “sou uma vítima... uma vítima do meu apetite infinito.”⁹

8. Do olhar perpicaz sobre o poder e a sua invencível impotência decorre sempre uma sábia moralidade. A fragilidade que pune a exuberância e a audácia do poder increve-se numa espécie de história da salvação. Em virtude dela o homem acaba por redimir-se da *hybris* em que tinha caído. Reconhecendo que “nada custou mais caro à humanidade que as suas utopias, e entre elas, a utopia das utopias, a do Paraíso”, pode tirar de imediato a correspondente moralidade. E apresenta-a nestes termos inequívocos: “mas esse sonho de absoluto, fonte de horror, é o único que sem cessar extrai os homens da sua original inumanidade.”¹⁰

9. Desce sobre a prosa de E. Lourenço uma luz crepuscular que mal se adivinha nas formas de dizer sempre lúcidas. É uma luminiscência de sombra progressiva a caminho da extinta luz. O

⁹ “Vous voyez, je suis une victime... une victime de mon appétit infini.” Resposta a Catherine Portevin, *in*: E. Lourenço, *culture à l'ère de la mondialisation...*, p. 31.

¹⁰ Eduardo Lourenço, *A Morte de Colombo*, p. 33.

império, a glória, os heróis são figuras de poder feridas, condenadas, fogo fátuo no arraial da vida.

Não podendo cantar as *magnalia Dei*, o místico sem fé que como tal se confessa, tem de entoar trenos sobre grandezas que foram ou julgaram ser, e se desfazem em tragédias e comédias de pequenez, não-poder, irrisão. Deste modo a obra singularíssima de Eduardo Lourenço, com seu pensamento crepuscular e clima de fim de festa, ao instituir no espaço da cultura portuguesa a sabedoria que medita sobre a impotência vingadora de todos os poderes do mundo, reedita no contexto de uma actualidade semeada de perplexidades a já longínqua proclamação de que também as civilizações são mortais.

A nós, celebrantes da História sem mestre de cerimónias, cabe a tarefa de partir de novo e de tudo inventar. Levemos então connosco o sobressalto sibilino legado pela voz oracular de Eduardo Lourenço que nos alerta para o diálogo assimétrico de todos os poderes: “Temos as respostas, mas não as questões. Que Édipo desvendará o lugar donde o poder nos fala sem que nós possamos falar com ele ?”¹¹

Luís Machado de Abreu é professor catedrático aposentado da Universidade de Aveiro. Entre outros trabalhos, publicou *Spinoza – A utopia da razão* (1993), *Percursos do Oitocentismo Português* (1998), *Ensaios anticlericais* (2004) e, em co-autoria, *Dois Exercícios de Ironia* (2005).

¹¹ E. Lourenço, *O Esplendor do Caos*, p.125.